

Cíntia Betina Cardoso da Silva

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DA CULTURA  
EM PORTO ALEGRE**

**CELACC/ECA/USP**

**2009**

Cíntia Betina Cardoso da Silva

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DA CULTURA  
EM PORTO ALEGRE**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-  
graduação em Gestão de Projetos  
Culturais e Organização de Eventos  
produzido sob a orientação do Prof. Dr.  
Dênnis de Oliveira

**CELACC/ECA/USP**

**2009**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>2</b>
<b>2. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>5</b>
<b>4. O CASO.....</b>	<b>6</b>
<b>4.1. Trabalho de campo .....</b>	<b>7</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>12</b>

# **ANÁLISE DO PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DA CULTURA EM PORTO ALEGRE**

Cíntia Betina Cardoso da Silva<sup>1</sup>

## **RESUMO**

Este artigo analisa o programa de Descentralização da Cultura de Porto Alegre desenvolvido em 17 regionais onde são implementadas atividades culturais para as comunidades carentes com o objetivo de permitir o acesso cultural a todos. A metodologia utilizada foi de entrevistas abertas com agentes envolvidos no programa. O objetivo é verificar a contribuição do mesmo para a consolidação de uma cultura democrática.

Palavras-chave: Cultura e democracia, ação cultural, cultura popular.

## **ABSTRACT**

This article analyses the Program of Culture Decentralization of Porto Alegre developed in 17 areas where cultural activities are implemented for the poor communities with the objective of permitting cultural access to all. The methodology utilized was one of open interviews with agents involved in the program. The objective is to verify the contribution of the program to the consolidation of a democratic culture.

Key-words: culture and democracy, cultural action, popular culture.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Administração de Empresas - PUC-RS  
cintiabetina@hotmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

O sistema político de Descentralização da Cultura, opção de democratização das ações culturais da prefeitura de Porto Alegre, foi implantado em 1993, no Governo municipal do então prefeito Tarso Genro (PT), hoje ministro da Justiça. A idéia surgiu a partir da constatação de que a periferia da cidade não tinha acesso aos bens culturais realizados no centro da cidade. Neste período, quatro bairros realizavam suas próprias manifestações culturais através de festas comunitárias organizadas e desenvolvidas periodicamente, preenchendo uma lacuna da falta de políticas públicas na periferia de Porto Alegre. Estas manifestações e o interesse crescente da comunidade em discutir cultura nas reuniões do Orçamento Participativo (OP) resultaram na implantação de comissões culturais específicas para debater as reivindicações em cada região do OP. A temática cultural ganhou um espaço único para discutir cultura e desenvolver seus projetos. O governo, atento as mudanças da comunidade, viu nestas manifestações a oportunidade para o fortalecimento da política cultural do município e a elevação do compromisso com as classes menos favorecidas.

As dezessete regionais que compõe a Coordenação de Descentralização de Porto Alegre contabilizam hoje cento e três atividades culturais como oficinas de capoeira, teatro, dança, fotografia, artes plásticas, produção de áudio e música. Uma das regionais do programa está localizada no bairro Partenon, local no qual foram realizadas as entrevistas referentes a este artigo. O Partenon é um bairro localizado na região sudeste de Porto Alegre, composto pelas vilas Cel. Aparício Borges, Partenon, Santo Antônio, São José e Vila João Pessoa. São vilas antigas que possuem registros de ocupação desde o século XIX. A Vila João Pessoa é considerada a mais antiga vila da capital e apresenta-se como uma área que sempre fora povoada por uma população carente.

O presente artigo irá apresentar algumas características do Programa de Descentralização da Cultura, com o objetivo de analisar esta política pública como colaboradora no processo de consolidação de uma cultura democrática. As informações levantadas foram desenvolvidas através de trabalho de campo utilizando a metodologia de entrevistas abertas com os agentes envolvidos no processo. A pesquisa delimita sua abordagem a regional Partenon. A escolha do bairro a ser analisado foi determinada pela diversidade de atividades realizadas pela descentralização de cultura e o histórico cultural do bairro.

## 2. APRESENTAÇÃO

Não se pode falar em descentralização da cultura em Porto Alegre sem citar o Orçamento Participativo. O Orçamento Participativo (OP) é um processo pelo qual a população decide, de forma direta, a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela administração municipal. É um processo de democracia participativa. Esses processos contam com assembleias abertas e periódicas e etapas de negociação direta com o governo. Inicia-se com as reuniões preparatórias, com a prestação de contas do exercício passado e a apresentação, pela prefeitura, do Plano de Investimentos e Serviços (PIS) para o ano seguinte<sup>2</sup>.

As secretarias municipais e autarquias acompanham estas reuniões, prestando esclarecimentos sobre os critérios que norteiam o processo e a viabilidade das demandas.

A experiência do Orçamento Participativo surgiu na cidade de Porto Alegre, na gestão de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1989, como resultado da pressão de movimentos populares por participar das decisões governamentais. Para o OP foi criada uma metodologia por meio da qual cada cidadão que se fizesse presente às "Plenárias Regionais", pudesse votar sobre quais os tipos de necessidades o governo municipal deveria atender. Esta metodologia, na sua totalização dos votos, considerava a localização do voto, atribuindo pesos maiores às regiões da cidade, em função da carência da prestação dos serviços públicos, dentre outros critérios.

Depois de considerados os votos por áreas de investimento e aplicadas as fórmulas de ponderação dos votos, em função dos critérios aprovados anteriormente, então, elegiam-se delegados, por plenárias, para compor o Conselho do Orçamento Participativo (COP), onde se especificavam as obras que poderiam tornar viáveis o atendimento das destinações percentuais dos recursos por áreas da política pública e por regiões da cidade.

O OP foi uma conquista da comunidade porto-alegrense que, mesmo com a troca de governo e partido político, permaneceu como uma política pública ativa. Atualmente, 2009, são realizadas assembleias regionais temáticas de abril a maio em 17 regiões. São

---

<sup>2</sup>

Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br>

discutidas as seis temáticas do OP: Educação, Esporte e Lazer; Saúde e Assistência Social; Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental; Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana; Cultura; Desenvolvimento Econômico, Tributação; Turismo) nestas assembleias a população elege as prioridades para o município, seus conselheiros, e define o número de delegados da cidade para os seus respectivos fóruns regionais e grupos de discussões temáticos.

Os Fóruns de Delegados são responsáveis pela definição, por ordem de importância, das obras e serviços que serão discutidas no período de maio a julho e pela análise e aprovação do Plano de Investimentos e Serviços da sua Região ou Temática.

Durante as reuniões do OP, começaram a surgir a necessidade de se discutir políticas culturais. De acordo com o ex-coordenador das oficinas da descentralização, na entrevista realizada para este trabalho:

*“O interesse nas reuniões do OP sempre eram voltadas para o Departamento de água e esgoto, entre outros assuntos de primeira necessidade. O tempo destinado para a cultura era mínimo, o único interesse era saber onde tinha sido aplicado a verba da cultura. Com o passar do tempo os responsáveis pela temática cultural começaram a explicar à comunidade qual era a função da cultura na formação e na autonomia do indivíduo e tentar demonstrar que a arte é articulação. Esses discursos passaram a despertar interesse na comunidade e o tempo para debater cultura começou a aumentar, passou de 5, 10, 15 minutos e assim por diante. Quando as comissões passaram a discutir por uma hora apenas a cultura, os organizadores do OP decidiram formar comissões específicas para a cultura”.* (Entrevistado A).

Assim, para desenvolver esta temática, foram criadas as Comissões de Cultura em todas as regionais do OP e grupos artísticos e a população passaram a se reunir para discutir cultura e decidir sobre as ações que seriam implantadas na comunidade. Os artistas, então, começaram a ganhar força e poder para expressar sua arte e interferir no orçamento da cultura. Esta articulação se caracterizou como o início da implantação da descentralização cultural.

As pesquisas realizadas no bairro Partenon colheram informações a respeito do programa tanto dos oficinairos como dos agentes culturais do bairro e foram necessárias para basear os argumentos deste artigo.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

É difícil definir cultura literalmente. De forma geral a cultura envolve o ambiente, as experiências, os costumes, a história individual e de um povo. Seguindo esta linha de pensamento, pode-se afirmar que os bens culturais adquiridos representam a herança individual, o conhecimento e visão dos fatos, o que possibilita a identificação com os outros e o convívio social. A riqueza cultural eleva o espírito humano, enaltece a compreensão de si próprio e do mundo. É uma ferramenta de transformação, que instiga a curiosidade, constrói idéias e cria referências. São bens simbólicos com grande repercussão que podem representar a evolução do homem, da ciência e da tecnologia. Segundo Thompson:

*“existe uma concepção de cultura chamada de concepção simbólica e que pode ser caracterizada como a cultura sendo padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham sua experiências, concepções e crenças.” (THOMPSON, 2000, p. 176).*

Diante desta afirmação, compreende-se que cultura não se trata exclusivamente de expressões artísticas, ela é bem mais ampla, é um conjunto de ações que estão presentes e interferem no cotidiano e nas atitudes de todos os indivíduos.

O capital simbólico de cada um representa o registro cultural marcado na alma, portanto quanto mais rico ele for, mais eficaz será a condução a um caminho de entendimento da vida social como um todo.

Para Leonardo Brant:

*“A transformação da sociedade brasileira será dada, sem dúvida, pela cultura. Da grande diversidade e riqueza cultural existente no país e de seu potencial transformador provem esta certeza. Diversidade, é, portanto, um conceito absoluto das culturas que se entendem democráticas, pois reflete a multiplicidade de expressões e pensamentos de uma comunidade e suas possibilidades de multiplicação.”(BRANT 2004, p.16).*

Assim, é natural aguardar ações de fomento e apoio de governantes de comunidades ou nações que tenham reunido vasto capital simbólico, capaz de promover transformação social no sentido de reduzir desigualdades em diversas esferas, como observava Maria Nazareth Ferreira:

*“A vivência da cultura popular deve ser privilégio de todos, independentemente da classe social, da localização, de qualquer fator que se reporte a uma limitação de acesso. Essa experiência de valorização da identidade cultural, de conhecer e preservar a arte popular, é mais que um dever do estado: é um verdadeiro direito do cidadão.” (FERREIRA, 1997, p. 114)*

A autora observa ainda que:

*“para ampliar as áreas de contato entre criadores de cultura e a população consumidora, com o intuito de enriquecer a ambos os lados, num verdadeiro intercâmbio cultural (e econômico), deve-se primeiramente despertar o interesse senão de todos, pelo menos dos jovens em idade escolar.” ( FERREIRA, 1997, p. 114).*

De certa forma, a democratização da cultura acaba por ser um instrumento de contestação daqueles que se apropriam dela, não apenas limitados a sua esfera de ação, mas como instauradora de um espaço de gestação de resistência simbólica cujos efeitos busca-se que repercutam para além dos limites da produção artística, propriamente dita. *“A principal arma de um grupo social, como se sabe, é a sua identidade. E esta, mesmo dolorosamente, pode ser construída pelos subjugados, até nas condições mais adversas.” (SEMERARO, 2006, p.124).*

#### **4. O CASO**

O Partenon é um bairro da região de Porto Alegre que possui uma população aproximada de 47.460 moradores com um rendimento médio mensal de R\$ 1.073,66<sup>3</sup>. A história do bairro começou quando alguns literatos de Porto Alegre passaram a se encontrar com certa frequência e desses encontros nasceu a Sociedade Partenon Literário, oficialmente fundada em 1868. Sem endereço fixo, perambulavam pelas livrarias e cafés da cidade. Com o seu crescimento e aumento de prestígio, um componente do grupo propôs a construção de uma sede, onde se realizariam os encontros. Um deles então doou algumas de suas terras, localizadas no topo de um morro. Os membros da sociedade sonhavam em ali construir uma réplica do Partenon grego. Em 1873, onde hoje é a Igreja Santo Antônio do Partenon, foi lançada a pedra fundamental da sede, mas a idéia não prosperou. Paralelamente, um grande plano de urbanização e loteamento da área encontrava-se em curso. Num acordo com os membros da sociedade, o loteamento utilizaria o nome Partenon e a sociedade receberia parte do terreno a ser loteado. Mas em 1899 a sociedade se dissolveu e doou seus terrenos à Santa Casa de Misericórdia.

---

<sup>3</sup>

Fonte: <http://www.portoalegre.rs.gov.br>

A partir de 1910, com a chegada do bonde elétrico, o crescimento do bairro teve impulso. O comércio se desenvolveu, escolas foram construídas, a infra-estrutura melhorou. Atualmente o Partenon é um bairro industrial, comercial, mas principalmente, residencial. As atividades culturais desenvolvidas no bairro são realizadas, basicamente, por grupos privados que realizam um trabalho com o objetivo de incentivar a arte, formar profissionais e formar platéia. Este é o caso do grupo Terreiro da Tribo que mantém uma escola de teatro popular, oferecendo oficinas gratuitas e abertas a população.

#### ***4.1. Trabalho de campo***

Para a realização desta pesquisa foram entrevistadas 04 pessoas. O quadro a seguir apresenta as características desses entrevistados.

<b>Entrevistado</b>	<b>Perfil</b>
A	Ex-coordenador das oficinas da Prefeitura no governo que iniciou o projeto
B	Oficineiro de produção de áudio
C	Tesoureira da Associação de bairro onde é realizada as oficinas
D	Oficineiro de artes plásticas
E	Atual coordenador das oficinas da Prefeitura

A partir da análise das entrevistas realizadas com oficinairos, coordenadores de oficinas e a responsável pela associação de bairro do Partenon, podemos discorrer a respeito de questões que irão nortear esta apresentação.

O processo de seleção dos oficinairos inicia-se nos primeiros meses do ano a partir da reunião com a comunidade. Juntos, coordenação e comunidade irão escolher as atividades que serão desenvolvidas na região. Após esta definição são levantados os valores e apresentados na reunião do OP para aprovação da verba. A partir daí são abertos editais para a inscrição dos oficinairos, ou seja, os oficinairos apresentam um projeto nas áreas selecionadas e são contratados por edital. De acordo com as entrevistas observa-se que os oficinairos não se sentem seguros quanto ao entendimento de seu trabalho perante a coordenação de cultura da prefeitura,:

*“A primeira dificuldade é em relação ao entendimento da minha oficina pela coordenação, não existe ninguém que passe o que é a minha oficina,*

*como vai ser , de que forma vai ser....esse é o meu primeiro pé nos peitos porque eu não tenho representante, que deveria ser, entre aspas, o coordenador da subprefeitura, o delegado, sei lá alguém...” (entrevistado B).*

O acompanhamento das oficinas é feito por meio de reuniões mensais onde é apresentado um relatório para o coordenador das oficinas da prefeitura. Caso o oficinheiro declare algum problema, a secretaria busca uma solução. Não existe na secretaria uma linha de desenvolvimento do trabalho, nem um planejamento de aspectos didáticos, tornando o oficinheiro o principal responsável pela condução do processo de oficinas. Esse procedimento reflete a falta de objetivo e dificulta a avaliação dos resultados. Na própria secretaria, segundo o entrevistado C, não existe uma sistemática descrita com objetivos claros a serem alcançados. A linha de trabalho é desenvolvida baseada em experiências anteriores, sem planejamento ou resultados monitorados. O único documento disponível são as publicações do jornal da Coordenação.

No início havia uma efervescência da comunidade e da coordenação com ideias inovadoras que motivavam a participação da sociedade. Atualmente o projeto passou a atuar basicamente com trabalhos de oficinas. Um dos pontos marcantes foi a criação do Festival de Música realizado em todas as regionais. O procedimento envolvia a comunidade que fazia as inscrições das bandas e músicos de sua região. Já a comissão de cultura se reunia para selecionar os ganhadores. Como tratava-se de inúmeros inscritos, a comissão combinava de ouvir um número determinado de compassos e não todo o trabalho. Dali saíam os ganhadores. Houve evolução neste processo, e segundo o entrevistado A *“foi cortado pela sacanagem que permeia toda a política brasileira”*. A evolução de que trata o entrevistado diz respeito a regional da Vila Cruzeiro, também muito carente de Porto Alegre, que reivindicou o julgamento do festival, ou seja, a própria comunidade manifestou o desejo de escolher os ganhadores da sua região, excluindo a Coordenação de Descentralização deste processo. Ainda segundo o entrevistado A *“foi um terrível embate interno na prefeitura, um processo confuso pois gerava na secretaria um sentimento de perda de poder e de controle sobre o projeto”*. Enfim, a Vila Cruzeiro teve êxito e a seleção foi realizada pela comunidade. Ao contrário da comissão de cultura, a Vila Cruzeiro selecionava as músicas por audição pública. Durante um dia inteiro as músicas eram ouvidas em sua totalidade, com sessões abertas ao público, que poderia participar efetivamente das audições e das votações.

Segundo o entrevistado A *“foi emocionante, inclusive alguns dos grupos selecionados por eles fazem sucesso agora...a Chimarrutz<sup>4</sup> surgiu ali no festival e foi selecionado por essa comissão. Fizeram uma seleção maravilhosa confirmando que artistas somos todos, essa história de belas artes não existe.”*

A região Partenon compreende nove espaços da descentralização da cultura. Estes espaços são cedidos por instituições parceiras da prefeitura municipal para a realização de oficinas e cursos. São eles: salões paroquiais, associações de bairro, cooperativas, etc. Nesta região existem hoje oficinas de artes plásticas, fotografia, música, produção de áudio e teatro.

Ainda em entrevista realizada com oicineiro, foi constatado que uma das maiores dificuldades está na falta de interesse dos alunos. Há interesse na inscrição, porém quando inicia o curso muitos não aparecem e outros desistem. Há um esforço grande dosicineiros em buscar estes alunos e tentar mantê-los em aula. De 10 inscritos 2 permanecem. Em entrevista realizada com a responsável pela Associação de bairro do Partenon foi dito que a oficina de fotografia do bairro está prestes a acabar pois não tem alunos interessados. A divulgação também é um fator a ser analisado, pois conforme o entrevistado B *“a divulgação é feita apenas com cartazes em alguns locais do bairro e no boca a boca”*.

A verba destinada a este projeto já chegou a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Hoje, apesar da dificuldade em saber o número exato, sabe-se que esta verba gira em torno de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). São muitas as dificuldades encontradas tanto na redução das verbas, despreparo dosicineiros, precariedade dos espaços culturais, assim como falta de metodologia e controle do município. Fatores estes que dificultam a capacidade de manter o interesse da comunidade e põe em risco a continuidade do projeto.

## **5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Valores culturais manifestos pelas diversas modalidades artísticas e nas manifestações culturais têm o potencial de ampliar a visão e criar uma consciência mais clara das políticas públicas aplicadas pelo governo, sendo colaboradores essenciais para uma participação popular crítica e abrangente e contribuindo para o desenvolvimento de uma democracia cultural.

---

<sup>4</sup>

Chimarruts é uma banda brasileira de reggae formada em Porto Alegre (RS) no ano de 2000.

No processo de Descentralização da Cultura propõe-se, teoricamente, o compartilhamento de experiências, colocando luz sobre as culturas populares com a intenção de resgatar a diversidade e promover o acesso de todos a cultura. Levado em consideração o tempo de existência do projeto – 15 anos, pode-se afirmar que a Descentralização da Cultura é uma política pública de sucesso. Todavia, é fácil constatar que o poder transformador proporcionado pelo acesso pleno à cultura não vem sendo prioridade dos responsáveis políticos pelo programa.

A diversidade cultural presente em cada bairro permeia todo o tecido social da capital gaúcha e deveria ser protegida pelo governo, com políticas culturais interligadas com a educação e demais áreas, provocando o interesse pela cultura de forma transformadora e permanente, mas o que temos são secretarias que não se relacionam e que pouca – ou nenhuma - vez propõem projetos que envolvam áreas distintas ou promovam a mobilização das comunidades, o que em muitos casos minimiza o aproveitamento do projeto. Além disso, os relatos do entrevistado B e as informações sobre a redução brusca da verba destinada ao programa nos dá a dimensão de um funcionamento pouco adequado ao ideal do projeto.

Democratizar significa um governo em que o povo exerce a soberania, ou seja, governo do povo. Porto Alegre deu um enorme passo em prol da democratização com o Orçamento Participativo (que na área cultural teve o ápice deste modelo na conquista da regional do bairro Cruzeiro do Sul, que passou a definir sua própria programação), com resultados gerais muito satisfatórios de eliminação das desigualdades no acesso a cultura durante o tempo em que operou de acordo com seus objetivos iniciais.

Planejar, organizar, dirigir e controlar são princípios básicos da administração para se chegar a um objetivo previamente traçado (CHIAVENATO, 1997). Estas são tarefas que devem estar presentes no trabalho diário a fim de obter, por todos, o entendimento e a clareza das metas. Do controle surgirão o estabelecimento de padrões, a observação do desempenho, a comparação do desempenho com o padrão estabelecido e a ação corretiva, criando assim um sistema operacional funcional.

Entendendo que “cultura deve ser encarada como setor estratégico, de articulação entre as diversas instâncias e pastas governamentais, justamente pelo poder articulador da sociedade que é peculiar ao processo cultural.” (BRANT, 2004, pág. 45), e considerando a necessidade de planejamento e processos avaliativos que embasem alterações inteligentes em políticas públicas que fortaleçam a democratização, cabe perguntar em quais critérios foram baseados a redução de verbas do programa que,

conforme entrevistados, impossibilita o exercício de atividades como as oficinas culturais.

As críticas ao projeto de Descentralização da Cultura em Porto Alegre são ele não propor formação profissional e nem a criação de espaços culturais próprios do município, o que prejudica sua abrangência e a apropriação dos espaços pela comunidade, além de manter assim uma dependência das instituições parceiras e que nem sempre garantem a estrutura ideal para o desenvolvimento do projeto. Também pode-se observar que os efeitos da redução das verbas e indefinição de diretrizes claras resultam em uma programação feita basicamente só de oficinas, em detrimento à produção artística em si, à formação de público e à acessibilidade e à distribuição de símbolos. Também a diversidade cultural fica prejudicada, pois com a política de oficinas não há espaço para o desenvolvimento das expressões locais diferenciadas.

Os responsáveis políticos pelo programa Descentralização da Cultura devem voltar às origens de sua criação, resgatando sua história e recordarem-se que ele é fruto de um processo que apresentou demandas num espaço institucional de participação popular legítimo, que são as reuniões do Orçamento Participativo, e, desse resgate, reorientar sua trajetória para maximizar sua inerente vocação emancipadora, para continuar atendendo a uma demanda real da população e conquistar, dessa maneira, democratização cultural plena.

## **6. REFERÊNCIAS**

BRANT, Leonardo. **Mercado Cultural: Panorama crítico e guia prático para gestão e captação de recursos.** São Paulo: Escrituras Editora Instituto Pensarte, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural: o Direito à Cultura.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução a Teoria Geral da Administração.** 5ª edição. São Paulo: Makron Books, 1997.

FERRERIA, Maria Nazareth. **Cultura Subalterna e Neoliberalismo: a encruzilhada da América Latina.** São Paulo: CELACC ECA/USP, 1997.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing Cultural e Financiamento da Cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os Novos Embates da Filosofia de Práxis.** São Paulo: Idéias & letras, 2006.

SOUZA, Valmir. **Ação Cultural Descentralizada.** Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2584>. Acesso em 11 de julho de 2009.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social Crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e Diversidade Cultural.** Trad. THIOLENT, Michel. São Paulo: Cortez, 2003.

[www.portoalegre.rs.gov.br](http://www.portoalegre.rs.gov.br). **Secretaria da Cultura/Descentralização.** Acesso em 09 de julho de 2009